XVI REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO – CODISE – Fortaleza
24, 25 e 26 de outubro de 2007

RELATÓRIO

24.10.2007 14:49

XVI REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO – CODISE – Fortaleza
24, 25 e 26 de outubro de 2007

APRESENTAÇÃO

Este documento tem por objetivo o registro dos trabalhos desenvolvidos na XVI Reunião Plenária do CODISE, realizada com brilhantismo pelo Conselho Estadual de Educação do Ceará que, mais uma vez, mostrou o seu carinho pelo CODISE, sediando mais uma de nossas Reuniões.

A preparação da reunião contou com o apoio total da Secretária Geral Raimunda Aurila Maia Freire e seus Funcionários que, com o aval do Presidente Edgar Linhares Lima, realizaram uma Grande Reunião.

É isto que Você **verá nas próximas páginas.**

XVI REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO – CODISE – Fortaleza
24, 25 e 26 de outubro de 2007

PALAVRAS DO PRESIDENTE

Feliz por estar na Capital da Luz, tantos anos depois da II Reunião Plenária do CODISE, quando em 26 e 27 de outubro de 2000, aqui nos reunimos e tivemos o privilégio de ouvir a Palestra do então Conselheiro Edgar Linhares Lima, sobre Gestão Pública, hoje Presidente do Conselho Estadual de Educação do Ceará, a quem cumprimento e agradeço pela acolhida ao Codise, cumprimentando a Secretária Geral Raimunda Aurila Maia Freire, em nome de quem cumprimento todos os Colegas Codisianos presentes, aos Conselheiros e Servidores deste Conselho, tenho a certeza que a XVI Reunião Plenária do Colegiado Nacional de Diretores e Secretários de Conselhos de Educação será em sucesso. As condições para tanto estão colocadas.

É com grande orgulho que, sendo um dos fundadores do Colegiado, constato nesta reunião que o Codise consolidou-se, pois, daqueles que aqui estiveram da primeira vez, apenas Santa Catarina, Ceará, Piauí e Rondônia mantém os mesmos Diretores/Secretários. Isto comprova que, mesmo com as mudanças, normais no exercício de nossas funções, os Conselhos de Educação entenderam a importância do Codise.

Nesta Reunião trataremos de temas importantes para nossos Conselhos e para a Educação, buscando cooperar com o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação, melhorando o funcionamento dos nossos Conselhos, trocando experiências e possibilitando a circulação da boa informação.

O Brasil, desde que foi proclamada a República, constitui uma federação de Estados, não soberanos, porém autônomos por definição. Esta autonomia, nunca foi adequadamente respeitada prevalecendo à idéia de que a União tudo pode e que aos Estados cabe o que a União houver por bem conceder tumultuando o planejamento e a ação local. A aplicação desses princípios à realidade da educação brasileira aponta grande interferência da União na estrutura e na organização dos Sistemas de Educação dos Estados. Por exemplo, as instituições de ensino superior, mantidas pela iniciativa privada sobre as quais o Estado não tem ingerência, e que, ligadas ao Sistema Federal, escapam a qualquer compromisso com a política ou planejamento estadual. Em nosso entendimento, toda a ação direta da União nos Estados, autorizações de cursos, sua criação e manutenção, devem em parceria, para que, efetivamente existam Sistemas Estaduais. Neste sentido devemos aprofundar os estudos relativos às competências dos Sistemas, propondo aos diversos níveis, as mudanças necessárias para que possamos efetivamente atingir a tão falada articulação entre os Sistemas de Ensino.

E, com estes objetivos traçados, desejo a todos um grande encontro e que os novos caminhos do Codise comecem a ser trilhados, buscando, desde já, a necessária harmonia para que possamos iniciar nosso processo sucessório que se avizinha. Obrigado ao Conselho Estadual de Educação do Ceará, que nos acolhe nesta terra maravilha que, segundo os historiadores, as expedições dos espanhóis Vicente Pinzon e de Diogo Lepe desembarcaram nas costas cearenses antes mesmo da viagem de Cabral ao Brasil. Obrigado.

Alvaro Barros da Silveira
Presidente do CODISE/Secretário do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina

XVI REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO – CODISE – Fortaleza
24, 25 e 26 de outubro de 2007

Pauta

Dia 24/10//07

14:30 - Solenidade de Abertura
15:30 –Palestra do Presidente do CEE/CE - Conselheiro Edgar Linhares Lima
17:00 - Apresentação das novas Legislações nos CEEs - Coordenação da Vice-Presidente do CODISE, Carmem Gomes Mendes.

Dia 25/10//07

09:00 – Palestra sobre Educação Profissional/CNCT/Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - Joana D'arc de Castro Ribeiro -Coordenadora-Geral Substituta e Marilise Rosa Guimarães -Chefe de Divisão Substituta - CGAEPT/MEC
10:00 – Pausa Cafezinho
10:15 – Debates
11:00 – Palestra sobre Relações Humanas - Secretária Executiva do CEE/AC - Suely Amélia Bayum Cordeiro
12:00 - Almoço
14:00 - Palestra sobre Educação a Distância
15:00 - Debates
15:30 – Pausa Cafezinho
15:45 – Apresentação de cada Conselho Participante sobre a sua Legislação de Educação a Distância - Coordenação do Secretário Executivo do CEE/PR, Evaristo Dias Mendes
16:15 -. Apresentação, pelos Conselhos participantes de suas experiências no Ensino Superior - Coordenação do Presidente do CODISE, Alvaro Barros da Silveira.

DIA 26/10//07

09:00 - Visita a sede do CEE/CE, com debate com os servidores sobre o funcionamento do Órgão sob responsabilidade da Coordenadora da Região Nordeste do CODISE, Raimunda Aurila Maia Freire.
10:00 - Pausa Cafezinho
10:15 - Troca de experiências - 10 minutos para cada Conselho Participante expor a forma de funcionamento e o momento atual do seu Conselho – Coordenação da Secretária do CODISE, Maria Eliete da Silva Cavalcante.
12:00 - Almoço
13:30 – Debate sobre os caminhos do CODISE, Propostas de trabalho, as mudanças ocorridas nas administrações dos CEEs, com escolha da próxima sede da Plenária do Colegiado.
18:00 – Encerramento Oficial da XVI Reunião Plenária do CODISE.

XVI REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO – CODISE – Fortaleza
24, 25 e 26 de outubro de 2007

FORMAÇÃO
DE EXECUTIVOS ESCOLARES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA
Palestra Conselheiro Edgar Linhares Lima

O diretor não é mais estritamente administrador; espera-se que ele seja um líder, que eleve a sua escola a um grau cada vez maior de desempenho acadêmico, onde todos os estudantes são aprendizes bem sucedidos e todos os professores envolvem os alunos num clima de aprendizagem.
Para chegar a esse tipo de liderança, os diretores deverão ultrapassar o estilo de gestão burocrática, para se redefinirem a si mesmos, cada um, como um líder moral, aquele que conduz a escola para a frente.
Este novo tipo de liderança conduzirá os professores para também serem líderes capazes de desenvolverem melhor o currículo, para responderem melhor as necessidades de todos os estudantes.

SERGIOVANNI CONCLUI SEU PENSAMENTO COM ESSA DIRETRIZ LUMINOSA
Para um diretor manter esse tipo de liderança, ele deverá aprender como servir a seu Staff, não como dirigí-lo.
HISTÓRICO SINTÉTICO
Ao longo de nossa história, nossa legislação de ensino não se preocupou em colocar na linha de prioridades educacionais a formação inicial e continuada de administradores escolares.
UMA DAS REFORMAS MAIS IMPORTANTES NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA FOI A REFORMA CAPANEMA.
Ela desenhou a organização da educação básica em todos os níveis, através das chamadas leis orgânicas:
FORAM ELAS:
Lei Orgânica do Ensino Primário
Lei Orgânica do Ensino Ginasial
Lei Orgânica do Ensino Secundário
Lei Orgânica do Ensino Normal
Lei Orgânica do Ensino Comercial
Lei Orgânica do Ensino Industrial

Lei Orgânica do Ensino Agrícola

NESSE CONJUNTO DE LEIS, NÃO FOI EM NENHUMA DELAS, PLANEJADO O PROCESSO DE FORMAÇÃO DE GESTORES PARA AS ESCOLAS.
COM 60 ANOS DE CONSTITUIÇÃO DAS LICENCIATURAS NO CEARÁ, PODEMOS NOS PREOCUPAR QUE AINDA HAJA UM INEXPLICAVEL CONTIGENTE DE PROFESSORES NÃO LICENCIADOS OCUPANDO NOSSAS SALAS DE AULA.

Na verdade, só em 1971, pela Lei 5.692, foram criados os cursos de pedagogia para a formação de professores dos cursos normais e, como, anexos facultativos(?) As habilitações para administração escolar, orientação educacional e supervisão.
No exercício da gestão escolar, cujo pré-requisito principal é ter experiência de sala de aula, os pedagogos passaram a dirigir escolas,sem qualquer experiência de ensino, provocando uma sensível queda de qualidade nas escolas.

Esta situação ainda hoje perdura como direito legal à direção de escola, como reza o art. 64 da LDB, artigo que acrescentou uma segunda hipótese de ingresso: a realização de curso de pós-graduação lato-sensu. Esta solução, projetada sem prévia exigência de experiência de ensino, acrescentou o risco da realização de cursos de pós-graduação sem a necessária preocupação de construção curricular compatível com o estado da arte. Trata-se, mais uma vez, da confirmação de que a formação de Diretores ainda não foi efetivamente levada na devida consideração no Brasil
O tema esteve na linha de preocupações dos organismos interamericanos.
Assim, o Instituto Internacional de Planejamento da Educação, órgão da Unesco, em Fórum realizado em Buenos Aires-Argentina, em 12 e 13 de novembro de 1998, produziu relatório que contém praticamente os esforços latino-americanos voltados para o planejamento da gestão educativa. Retiro dele algumas conclusões que nos devem orientar:
1ª. Existe uma grande diversidade de ofertas de formação que resultam escassas na hora de fazer frente à multiplicidade de demandas que o atual ciclo de reformas educativas está fazendo nos países da região.
Comentário nosso: as ofertas não respondem às necessidades concretas pedidas pela realidade.Exemplo: a gestão do FUNDEF, com uma descentralização gigantesca gerada pela autonomia dos sistemas municipais de educação.
2ª. Do ponto de vista da demanda, é possível detectar que as mudanças geradas no cenário da política educativa e seu impacto nas áreas de formação não foram incorporadas por quem é demandante.

Nosso comentário: a descentralização não gerou por milagre a necessidade de padrões eficazes de competência nos sistemas descentralizados. Os municípios não estavam preparados para manter um sistema educacional nos padrões que o país estava pedindo.

3°. Os organismos de fomento (B.Mundial e BID) dão a aparência de serem insensíveis a demandas de gestores dos níveis intermediários, em países onde os processos descentralizados colocam esses gestores ante decisões fundamentais.

Nosso comentário:

Temos que usar nossas experiências exitosas e buscar solucionar nossos problemas com criatividade e bom senso.

4°. A tendência acadêmica é pela pós-graduação para as necessidades de administração, gestão política e planejamento. Ela aparece muito "clássica", sem variantes nos últimos anos. Esta tendência não favorece o atendimento rápido do pessoal especializado com os perfis que requerem os sistemas educacionais no momento atual

Nosso comentário: A pós-graduação, para as unidades gerenciais descentralizadas deve começar por um rico trabalho de pesquisa inicial a serviço dos gestores em serviço. Dele sairão os futuros quadros de planejamento e políticas. Deverá surgir um novo contingente de pós-graduados saídos do exercício de gestão e administração local. É um novo modelo a ser criado.

A SITUAÇÃO ATUAL

A situação atual apresenta um quadro preocupante, visto que praticamente todas as escolas estão funcionando sem diretores legalmente habilitados.

O Conselho de Educação se sente na obrigação de planejar`a solução desse vazio crítico do sistema de ensino.

A idéia é planejar inicialmente um modelo misto de capacitação em serviço, enquanto se preparam especialistas que componham uma equipe permanente de formação de executivos escolares.

Para isto, cogita-se de construir um Centro Estadual de Formação de Executivos Escolares, com o duplo objetivo de Formação e de Acompanhamento de Direção Escolar.

A proposta de criação desse Centro contempla, por este motivo, no modo de conduzir a gestão das escolas do Estado, um período de transição, buscando de imediato, desenvolver um processo de formação de diretores em serviço, no ensino médio, ainda no corrente ano.

A situação atual, sem exigência formalizada de competência específica, na seleção de diretores, deve ser substituída por um processo de formação sistemática e continuada.

Investimento sistemático e continuado na qualificação do diretor e o acompanhamento de sua gestão num contexto de avaliação de desempenho em todos os componentes do processo escolar e conseqüente reciclagem dirigida para os segmentos vulneráveis : eis a nossa proposta.

A EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

Nos países onde a administração pública está buscando assegurar a qualidade do ensino, há uma insistente preocupação com a formação dos executivos escolares.

A França dispõe há decênios de um sistema de formação de executivos junto aos Institutos Universitários de Formação de docentes e os Inspetores gerais acompanham com regularidade o desempenho dos diretores em suas regiões.

Os Estados Unidos dispõem de uma gama de modelos voltados para a direção escolar (principalship), algumas delas muito amplas em seu atendimento, chegando a cobrir a

assistência a Estados, como é o caso da National Association of School`s Principalship. Também várias Universidades abriram departamentos voltados especificamente para a formação de diretores , disputando espaço num mercado altamente exigente e ainda respaldadas por um corpo de profissionais capazes de garantir uma qualidade ... Na realidade.
Na Inglaterra, é notório o papel do National College of School`s Leadership (NCSL), criado para a formação inicial e continuada de Diretores, inclusive acompanhamento sistemático da performance dos diretores do sistema escolar.

Cada um desses órgãos dispõe de diversificados tipos de cursos e mantém um campo de atualização através de produção de materiais de orientação e atualização.
Para queimar etapas, importa-nos dispor das experiências vividas por essas instituições. Não vamos reinventar a roda . Ela já foi inventada.

A DIMENSÃO DA NOSSA TAREFA
Tomando por base o Censo Escolar, precisamos formar ao derredor de 14.000 diretores de escolas do ensino infantil ao ensino médio.
Estamos tentando medir o tamanho de nossa tarefa para estendê-la no tempo. A cooperação de todos é particularmente importante na capacitação dos diretores das escolas públicas municipais.

XVI REUNIÃO PLENÁRIA DO COLEGIADO NACIONAL DE DIRETORES E SECRETÁRIOS DE CONSELHOS DE EDUCAÇÃO – CODISE – Fortaleza
24, 25 e 26 de outubro de 2007

Construção do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos

Palestrante Marilise Rosa Guimarães

Cursos Técnicos

Os números apresentados revelam a expressiva expansão da educação profissional técnica de nível médio no Brasil, com crescimento de, aproximadamente, 26% para o período de 2003 - 2005, totalizando em 2005, 747 mil alunos distribuídos em 20 áreas profissionais.

De onde partimos...

Onde queremos chegar....

Onde queremos chegar....

EIXO
Ambiente, Saúde e Segurança

- **Técnico em Óptica**
- **Técnico em Radiologia**
- **Técnico em Agente Comunitário de Saúde**
- **Técnico em Prótese Dentária**

TÉCNICO EM ÓPTICA

1200 horas

Desenha e confecciona lentes oftálmicas e de contato por prescrição médica; identifica, classifica e mede óculos e lentes de contato, segundo suas características: grau, diâmetro, espessura, curvatura e índice de refração; identifica as medidas necessárias para a adaptação da lente à armação dos óculos e conseqüente ajuste ao rosto; executa a montagem das lentes no aro, seguindo as medidas pré-estabelecidas; auxilia o cliente em relação à oferta de lentes disponíveis; identifica os problemas de montagem, centralização e grau que dificultam a adaptação aos óculos, sugerindo possíveis medidas corretivas; fornece assistência pós-venda ao cliente.

Possibilidades de temas a serem abordados em sua formação

Óptica física; óptica fisiológica; optometria (ametropias e emetropia); noções de saúde ocular e biologia; técnicas de vendas; higiene e segurança do trabalho; normas técnicas relativas à manufatura, adaptação e conferência.

Possibilidades de atuação

Comércio, indústria e laboratórios ópticos.

Infra-estrutura recomendada

Biblioteca com acervo específico e atualizado;

Laboratório de física óptica;

Laboratório de informática com programas atualizados;

Laboratório didático: oficina de instrumentos ópticos.

TÉCNICO EM RADIOLOGIA

1200 horas

Prepara o paciente e o ambiente para a realização de exames de radiologia convencional, tais como: mamografia, hemodinâmica, tomografia computadorizada, densitometria óssea, ressonância magnética nuclear e ultrassonografia; realiza exames radiográficos convencionais, acompanha a utilização de meios de contraste radiológicos, observando os princípios de biossegurança, avaliando reações adversas e agindo em situações de urgência, sob supervisão profissional pertinente; processa filmes radiológicos.

Possibilidades de temas a serem abordados em sua formação

Biossegurança; física das radiações; noções de anatomia e fisiologia; geração e aplicação de Raios-X; imagem para diagnóstico médico; radioproteção e dosimetria; processamento digital de imagens; processamento químico de filmes; meios de contraste radiológicos.

Possibilidades de atuação

Serviços de radiologia e diagnóstico por imagem em hospitais, clínicas, unidades básicas de saúde.

Infra-estrutura recomendada

Biblioteca com acervo específico e atualizado;

Laboratório de Anatomia;

Laboratório de informática com programas atualizados.

Laboratório de radiologia clínica;

Câmara escura.

Legislação específica

Lei n.º 7.394/85 (com as alterações da Lei nº 10.508/02);

Decreto n.º 92.790/86.

Articulação e Participação

❿Especialistas da Rede Federal e Estadual

- **Especialistas das Universidades**
- **Especialistas do Sistema S**
- **Conselhos Estaduais de Educação**
- **Fórum dos Gestores da EPT**
- **CODISE**
- **Ministério da Saúde**
- **Ministério da Defesa**
- **Ministério da Justiça**
- **Ministério do Turismo**
- **Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca**
- **ABETI**
- **FUNDACENTRO**
- **FIOCRUZ**

Desafios dessa construção...

- **Equação de tempo e recursos**
- **Necessidade de proposta inicial para fomentar o debate: consulta pública, a partir de 25 de Outubro**
- **Necessidade de revisão da legislação**
- **Equilíbrio entre ofertas generalistas e especializadas**
- **Diversidade de atores envolvidos**
- **Institucionalização e sua constituição como norma regulatória**

Muito obrigada!!